



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ICICT
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE

REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS (RI):

em busca da adesão e do autoarquivamento.

por

Laucivaldo Cardoso de Oliveira

Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo – DT/SIBi USP

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Soares Guimarães

Rio de Janeiro, 2013.

Sumário

1. Resumo, 3.
 2. Introdução, 4.
 3. Justificativa, 5.
 4. Objetivo, 8.
 5. Referencial teórico, 9.
 - 5.1 Comunicação científica e *Open Access*, 9.
 - 5.2 Estratégias de *Open Access*: via dourada e via verde, 13.
 - 5.2.1 Via verde: os Repositórios Institucionais (RIs) e o *advocacy*, 14.
 6. Metodologia, 20.
 7. Resultados esperados, 24.
 8. Cronograma, equipe envolvida e origem dos recursos, 25.
- Referências, 26.

1. Resumo

Proposta de projeto com um conjunto de ações divididas em etapas, cujo objetivo é promover o Movimento Open Access (MOA) e ampliar a adesão dos integrantes da comunidade USP (Universidade de São Paulo) às práticas do movimento.

Como resultados espera-se aumento no número de autoarquivamento de artigos de periódicos, *preprints* e *postprints* na Biblioteca Digital da Produção Intelectual (BDPI), Repositório Institucional (RI) da Universidade de São Paulo. Além disso, espera-se que os integrantes da comunidade USP passem a ter maior conhecimento do MOA e seus benefícios em prol de uma maior eficiência do sistema de comunicação científica.

Palavras-chave

Open Access. Autoarquivamento. *Advocacy*.

2. Introdução

A presente proposta de projeto foi elaborada norteando-se pelo processo de defesa e promoção do Open Access (OA) e do Autoarquivamento na Biblioteca Digital da Produção Intelectual (BDPI) da Universidade de São Paulo (USP).

Utilizamos o termo em inglês (Open Access), pois acreditamos que ele é amplamente utilizado na literatura e a sua tradução provavelmente nos levaria as questões como as citadas por Pinheiro e Kuramoto (2012, p.308). Segundo os autores apresentam, o termo mais preciso para referir-se ao Open Access (OA) em português seria Acesso Livre, pois:

“nem tudo que é considerado Aberto é livre. Um exemplo clássico dessa distinção foi dado por Hélène Bosc [...] para justificar a tradução do referido termo para o francês “Accès Libre” ou “Libre Accès”: o acesso a um supermercado é aberto e, no entanto, nada que está nas suas prateleiras é livre, cada produto tem seu preço. E, evidentemente, o conceito trabalhado pelos líderes do OA defendia que o acesso à produção científica fosse livre de custos conforme definição defendida por Peter Suber.” (PINHEIRO; KURAMOTO, 2012, p.308).

Em um primeiro momento apresenta-se as justificativas, inquietações e o porquê desta proposta de projeto. Posteriormente apresenta-se os objetivos da proposta.

No capítulo seguinte, procura-se apresentar os referenciais teóricos que fundamentam o projeto proposto, pois abordam os conceitos de comunicação científica, Movimento Open Access (MOA), estratégias (vias) para atingir o Open Access (OA), a questão do autoarquivamento nos Repositórios Institucionais (RIs) e o *advocacy*.

O capítulo subsequente demonstra a metodologia sugerida para consecução dos objetivos da proposta, ou seja, procurar criar na Comunidade USP comprometimento com o Movimento Open Access e ampliar o autoarquivamento na BDPI.

Por fim são explanados os resultados esperados e as referências utilizadas.

3. Justificativa

Criada em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) surgiu da união da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) com as já existentes Escola Politécnica de São Paulo, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Faculdade de Farmácia e Odontologia. (CAMPOS, 1954).

A Universidade possui 240 cursos, dedicados a todas as áreas do saber, distribuídos em 42 unidades de ensino e pesquisa e oferecidos a mais de 57 mil alunos. A pós-graduação tem 239 programas, sendo 308 cursos de mestrados e 299 de doutorado. Para desenvolver suas atividades, a USP conta com *campi* distribuídos pelas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto, Piracicaba, São Carlos, Pirassununga, Bauru e Lorena, além de unidades de ensino, museus e centros de pesquisa situados fora desses espaços e em diferentes municípios. (USP, 2013)

A USP é uma das mais importantes instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Tem sua excelência reconhecida por diferentes rankings mundiais, criados para medir a qualidade das universidades a partir de diversos critérios, principalmente os relacionados à produção científica. Entre estes *rankings* pode-se citar: Institute of Higher Education Shanghai Jiao Tong University, criado em 2003; o do The Times de 2004; o Performance Ranking of Scientific Papers for World Universities; o Higher Education Evaluation & Accreditation Council of Taiwan, o Webometrics Ranking of World Universities, entre outros. Tal desempenho permite à USP integrar um seleto grupo de instituições de elevada qualidade em âmbito mundial (USP, 2012).

Preocupada com a baixa eficiência do tradicional sistema de comunicação científica e atenta as iniciativas do Movimento Open Access (MOA), a USP lançou em outubro de 2012, a Biblioteca Digital da Produção Intelectual (BDPI). Tal iniciativa coloca claramente a USP como adepta ao Movimento, e está em consonância ao núcleo conceitual da Missão da USP, apregoado no *Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2017* (PDI), segundo o qual a Instituição deve promover a difusão do saber (USP, 2012), assim como também atende a visão institucional do mesmo PDI, onde consta que a USP deva contribuir para

“o desenvolvimento socioeconômico e sustentável do país [...] respondendo de maneira crescentemente qualificada e inovadora aos anseios da sociedade contemporânea, comprometida com o avanço da ciência, da tecnologia e da cultura para a melhoria da qualidade de vida.” (USP, 2012, p.15-16).

A BDPI foi lançada junto com a Política de Acesso Aberto (Política Mandatória), ambas regulamentados pela Resolução N.º 6444, de 22 de outubro de 2012 (USP, 2012a) e alinhada com a afirmação de Harnad (2007), que “somente através de mandatos de depósito será possível reunir, em uma plataforma única, toda produção científica gerada em uma instituição”. Em relatório que buscava identificar a utilização e a relação que os pesquisadores – cerca de 1.7000, a maioria físicos – tinham com os Repositórios Institucionais (RIs), Nicholas et. al. (2012, p.204) concluíram que o mandatos institucionais de financiamento e a pressão dos pares são elementos primordiais para que os pesquisadores tenham a atitude de depositar sua produção científica em RIs. A Política de Acesso Aberto (PAA) determinou a BDPI como a única base para criação de indicadores da produção científica da Universidade de São Paulo, a partir de 2014. Dessa forma, ela também se apresenta como um estímulo aos pesquisadores para depósito na BDPI, uma vez que a distribuição de verbas entre as unidades, institutos e centros de pesquisa na USP adota a produção científica como um dos seus critérios.

Como identificado na literatura e apresentado no referencial teórico desta proposta de projeto, o grande desafio de iniciativas de implantação de Repositórios Institucionais (RIs), como a BDPI, é a adesão por parte dos integrantes da comunidade. Alguns dos motivos são apresentados e discutidos no referencial teórico. Mas, independentemente, pode-se ressaltar os seguintes aspectos relevantes:

– há grande resistência, desconfiança e desconhecimento por parte dos pesquisadores sobre as prerrogativas do Open Access (MULLER, 2006; FURNIVAL; HUBARD, 2011). Nicholas et. al. (2012, p. 204-205) identificaram que entre os pesquisadores que não depositavam nenhuma publicação em RIs, a maioria disse desconhecer essa possibilidade. Com relação à resistência os

mesmos autores acreditam que apesar dos RIs ainda estarem em fase inicial, não são totalmente aceitos no sistema convencional de comunicação científica;

- cerca de 15% da produção científica é autoarquivada por pesquisadores em RIs (HARNAD, 2006);

- RIs escassamente povoados seja com artigos publicados ou suas versões *preprint* e *posprint* acabam não funcionando como mecanismo de visibilidade da produção científica institucional e ainda “estão ativamente projetando uma imagem muito pobre da instituição no mundo. A vitrine está vazia” (SWAN; CARR, 2008, p.32).

A partir dos aspectos supracitados, pode-se afirmar que é necessário “preencher a vitrine” com a produção científica de qualidade, de fácil acesso e interoperável. Ou seja, apresentar uma proposta que promova a adesão ao Movimento Open Access, assim como buscar criar na comunidade USP comprometimento com o autoarquivamento na BDPI, é algo extremamente importante para a consecução dos objetivos da USP, democratização do acesso à produção científica e para promoção do progresso científico e tecnológico, alavancando desenvolvimento social e bem estar público.

4. Objetivo

Propor um conjunto de ações estratégicas divididas em etapas que visam informar, sensibilizar e tornar a comunidade USP adepta ao Movimento Open Access e, com isso, ampliar o número de autoarquivamento de artigos de periódicos, *preprint* e *postprint* na Biblioteca Digital da Produção Intelectual (BDPI), Repositório Institucional (RI) da Universidade.

5. Referencial teórico

5.1 Comunicação científica e o Open Access

Segundo Meadows (1999), não é possível precisar quando ocorreram as primeiras atividades de comunicação científica, uma vez que é impossível determinar quando foram iniciadas as primeiras pesquisas científicas. No entanto é amplamente apregoado que o conhecimento científico é obtido mediante investigação científica que, segundo Stumpf (2000, p. 108-109),

“... tem a comunicação como fator inerente à sua natureza e a sua prática. À sua natureza, porque a investigação científica que não é comunicada não existe, e à sua prática porque a comunicação está no âmago do método científico que, para ser seguido, exige a consulta aos trabalhos anteriores e conclui com a divulgação dos resultados.”

Antes da internet e de outras tecnologias da informação e comunicação (TICs), um dos principais meios para divulgação dos resultados de pesquisas científicas eram os periódicos científicos. Eles surgiram no século XVII, e se originaram das cartas e atas que os cientistas intercambiavam para apresentar suas proposições e descobertas. O *Philosophical Transactions da Royal Society* é considerado um dos primeiros títulos voltados para a divulgação de resultados de pesquisas (GUEDÓN, 2001; MULLER, 1999).

Com as novas possibilidades apresentadas pelas TICs, principalmente as quebras das barreiras de localização e tempo e a otimização do acesso e disseminação, novos paradigmas surgiram afetando todos os segmentos da sociedade, inclusive a comunicação científica. Tais possibilidades contribuíram para o surgimento dos periódicos científicos eletrônicos que, apesar de terem condições tecnológicas para disseminar a produção científica, ainda apresentavam obstáculos financeiros, devido ao elevado preço das assinaturas, somado a retenção dos direitos patrimoniais sobre os trabalhos publicados para os editores.

De acordo com Muller (2006) a barreira financeira foi o cerne da propalada crise dos periódicos, deflagrada na década de 80. Segundo a autora:

“O gatilho da crise foi a impossibilidade de as bibliotecas universitárias e de pesquisas americanas continuarem a manter suas coleções de periódicos e a corresponder a uma crescente demanda de seus usuários,

impossibilidade decorrente da falta de financiamento para a conta apresentada pelas editoras, cada ano mais alta, mais alta mesmo que a inflação e outros índices que medem a economia. Isso já vinha acontecendo nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, cujas bibliotecas já não conseguiam manter suas coleções atualizadas, mas a crise só detonou quando atingiu as universidades norte-americanas.” (MULLER, 2006, p.31).

Diante deste contexto adverso de acesso a informação científica, a comunidade acadêmica começou a questionar o tradicional modelo de comunicação científica e começaram a surgir iniciativas para apresentar novas propostas. Uma das primeiras e mais bem-sucedidas foi o arquivo de *preprints* proposto por Paul Ginsparg e uma equipe multidisciplinar, na qual existiam bibliotecários envolvidos. Em 1991, no Laboratório Nacional de Los Alamos, Novo México, Estados Unidos, Ginsparg e sua equipe desenvolveram uma aplicação que permitia que pesquisadores da área de física e outras correlatas, localizados em qualquer parte do mundo com acesso a internet, pudessem enviar seus trabalhos para um repositório central, onde poderiam ser recuperados por outros pesquisadores interessados em conhecer as pesquisas que estavam sendo desenvolvidas na área. A maioria dos trabalhos não era submetida à avaliação pelos pares, mas o sistema verificava alguns pontos para garantir uma qualidade mínima, como afiliação, por exemplo. Os autores enviavam seus *preprints* para Los Alamos, concomitantemente à submissão às editoras. A cada dia, o sistema comunicava por *e-mail* aos seus assinantes quais trabalhos haviam sido depositados, e, no caso de interesse, o assinante recebia, também por *e-mail*, uma cópia do trabalho. Atualmente esse serviço se denomina *arXiv*, com *e-prints* nas áreas de física, matemática, ciência da computação, biologia quantitativa, finanças quantitativas e estatísticas. Além disso, é operado e financiado pela Cornell University Library, Fundação Simons e outras instituições participantes. (GINSPARG, 2011; LEVY, 2000; MULLER, 2006).

Como o modelo tradicional da comunicação científica ainda caracterizava-se como nocivo aos pesquisadores no aspecto acesso a informação científica, pois os editores continuavam retendo os direitos autorais; atribuíam preços exorbitantes para as assinaturas dos periódicos; impunham barreiras para acesso às publicações de resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos e limitavam a visibilidade e a circulação do conhecimento científico, surge o

movimento a favor do acesso aberto à informação científica como alternativa para as dificuldades enfrentadas pela comunidade acadêmica.

No âmbito tecnológico, o movimento de acesso aberto à informação científica fundamentou-se nas convenções e protocolos estabelecidos pela Iniciativa de Arquivos Abertos (Open Archives Initiative for Metadata Harvesting - OAI-PMH). Tal iniciativa teve início na Convenção de Santa Fé, na cidade de Santa Fé, no México, em 1999, onde foram estabelecidos os mecanismos para coleta de registros de metadados em repositórios e a disponibilidade de objetos digitais ao público em geral. (The Santa Fe Convention for the Open Archives Initiative, 2000).

O principal marco do Movimento de acesso livre ao conhecimento científico é denominado por Peter Suber (2013, p.7) como BBB. Ou seja:

- a Budapest Open Access Initiative (BOAI), realizada em 2002 e promovida pelo Open Society Institute (OSI), que surgiu do interesse de acadêmicos publicarem os frutos de suas pesquisas em revistas com acesso irrestrito;

- o Manifesto de Bethesda, ocorrido em 2003 e que definiu as características das publicações de acesso aberto;

- e o de Berlin, também 2003, que declarou a Internet como ferramenta para a base de um conhecimento científico global.

A BOAI foi o primeiro evento a definir o que é Open Access, e o fez da seguinte maneira:

“Por Open Access da [informação científica] compreendemos sua disponibilização gratuita na internet pública, permitindo a qualquer usuário ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou usá-la com qualquer propósito legal, sem nenhuma barreira financeira, legal, ou técnica, que àquelas inseparáveis do próprio acesso à internet. A única limitação à reprodução e distribuição, e a única função do *copyright* neste domínio, deve ser de controle dos autores sobre a integridade de seus trabalhos e o direito de serem adequadamente reconhecidos e citados.” (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002, tradução livre nossa).

Dentro desta definição, pode-se concluir que acesso aberto permite ao autor livre distribuição de seu trabalho (propriedade autoral) e livre acesso dos

usuários por meio da Internet, possibilitando assim, maior visibilidade da obra divulgada e o compartilhamento do conhecimento entre a comunidade científica. Além disso, segundo Harnard *et al.* (2004), o acesso livre online deve seguir as seguintes orientações principais:

1. O Open Access é para o objeto digital na íntegra (não apenas para partes ou metadados);
2. Não há graus de Open Access: acesso a preços mais baixos não é acesso “quase livre”;
3. O Open Access é imediato, não postergado ou embargado;
4. O Open Access é permanente e contínuo;
5. O Open Access é para qualquer usuário em toda a web, não apenas para certos sites, domínios ou regiões;
6. O Open Access é a um click e não com “limites manipuláveis” (gerrymandered), como os livros no Google, ou os PDF’s bloqueados para cópia.

Os parâmetros supracitados proporcionam à comunidade científica alternativas diferenciadas de acesso à informação científica, pois para os defensores do Open Access não deve existir nenhuma barreira financeira ou legal senão àquelas para conexão à Internet.

Faz-se oportuno ressaltar que os objetos digitais em Open Access coexistem com os direitos autorais, a revisão por pares, comercialização, a impressão, a preservação, ao tratamento técnico de indexação e outros serviços também associados aos meios tradicionais. Mas mesmo assim, conforme apresentado por Muller (2006), o movimento Open Access, apesar de estar crescendo, enfrenta muita desconfiança, resistência e preconceitos por parte de integrantes da comunidade científica, aliado aos interesses dos editores comerciais que se sentem ameaçados pelo movimento. No entanto, é preciso apresentar a estes atores, as vantagens e a importância do movimento de Open Access, para que eles sejam convencidos e passem a colaborar para que as vias estratégicas do movimento sejam incorporadas ao sistema de comunicação

científica, acarretando em benefício para toda a sociedade uma vez que o avanço da ciência depende da livre circulação da informação científica.

Segundo Meadows (2001, p.7), a ‘proposta subversiva’ de Stevan Harnard reacende a dicotomia entre o desejo por acesso fácil, rápido e barato à informação e o desejo de publicar em periódicos devidamente referenciados, de alta reputação que podem gerar grande impacto nos números de citação. É importante reforçar que os Repositórios Institucionais (RIs) não publicam, somente tornam públicos e acessíveis conteúdos que já foram publicados formalmente, ou seja, o documento não perderá seu valor. Além disso, diversos estudos comprovam que há um ganho de velocidade e um elevado número de citações à informação disponibilizada em uma das vias de Open Access, justamente por facilitarem o acesso e romperem as barreiras e obstáculos do sistema tradicional de comunicação científica. (SWAN; BROWN, 2004; SWAN, 2010; BJÖRK; SOLOMON 2012; AMAN, 2013).

5.2 Estratégias de Open Access: via dourada e via verde.

Steven Harnard, um dos expoentes do Open Access, definiu estratégias para nortear a maneira de armazenamento e disseminação da informação científica. Segundo Kuramoto prefaciou em Leite (2009, p. 7), “estas estratégias foram denominadas ‘vias’ já que, uma vez adotadas, esses caminhos conduzem ao acesso aberto à informação científica”.

Denominadas via dourada e via verde, elas adotaram o protocolo OAI-PMH, que permite a interoperabilidade entre os sistemas de publicações de periódicos Open Access e os Repositórios Institucionais. De acordo com Alves (2008):

“A primeira estratégia é a de autoarquivamento – via verde (Green Road), que trata do arquivamento que poderá ser realizado pelos próprios autores de artigos científicos já publicados ou aceitos para publicação, obtendo autorização (sinal verde) dos editores que os aceitaram para que possam disponibilizar em um servidor de arquivo aberto. A segunda estratégia trata da via dourada (golden Road), que abrange os periódicos científicos eletrônicos cujo acesso aberto a seus conteúdos é garantido pelos próprios editores. Sendo assim, a publicação em ambiente de acesso aberto

está assegurada no próprio periódico” (ALVES, 2008, p.133).

Como é possível observar, a via dourada pressupõe que o Open Access é promovido pelo editor científico, ou seja, acesso aberto na publicação. Por outro lado, a via verde preconiza que os autores obtenham autorização de editores para autoarquivarem seus artigos em Repositórios Institucionais (RIs). Segundo Kuramoto (2009), a via dourada potencializa a comunicação científica, já que esta possibilita a ampliação do diálogo entre seus pares. Sobre a via verde ele ressalta que a criação de RIs trazem benefícios incontestáveis à gerência da produção científica, pois as universidades e centros de pesquisa que aderirem ao movimento construindo os seus RIs estarão promovendo maior acesso à informação científica.

Dentro dos objetivos desta proposta de projeto, enfocaremos agora os RIs e o *advocacy*.

5.2.1 Via verde: os Repositórios Institucionais (RIs) e o *advocacy*.

A estratégia de Open Access da via verde impulsionou o surgimento e a adoção dos RIs, onde os autores podem depositar, com o consentimento dos editores (sinal verde), uma cópia digital dos artigos publicados. Além disso, permite também, como exemplificado pelo *arXiv*, o autoarquivamento de versão *preprints* e *posprints* dos artigos publicados, desde que também tenham permissão das editoras para tal.

Caracterizado como uma via alternativa ao sistema tradicional de comunicação científica os RIs são sistemas de informação:

- “que servem para armazenar, preservar e difundir a produção intelectual de uma dada instituição, normalmente uma comunidade universitária. Podem ser criados e mantidos de forma individualizada ou por grupos de instituições que trabalhem numa base cooperativa” (RODIRGUES, 2004, p.30);

- que possibilitam o gerenciamento e a publicação pelo pesquisador, através do autoarquivamento (IBICT, 2005);

- que auxiliam as instituições a cumprir a sua missão de disseminação dos resultados científicos, aumentando sua visibilidade e impacto (RODRIGUES et al. 2004), agregando “valor” público as instituições que o adotaram;

- que fornecem ferramentas para analisar, gerir e disseminar a produção científica (CROW, 2002a).

- que possibilitam a preservação digital e a salvaguarda da memória institucional.

Já são apresentadas na literatura algumas iniciativas de uso dos RIs como fonte geradoras de indicadores, utilizados em muitas universidades para avaliar as pesquisas desenvolvidas, os *downloads* e acessos realizados, além de servirem como instrumentos de auxílio nas tomadas de decisões estratégicas. Em seu Blog, Kuramoto (2011) citou o exemplo da Universidade de Liège, Bélgica, onde o reitor “ênfatisou que o depósito no RI daquela universidade era o único critério utilizado para a avaliação dos pesquisadores”.

Para Leite (2009, p.22), os RIs servem para:

- “melhorar a comunicação científica interna e externa à instituição;
- maximizar a acessibilidade, o uso, a visibilidade e o impacto da produção científica da instituição;
- retroalimentar a atividade científica de pesquisa científica e apoiar os processos de ensino e aprendizagem;
- apoiar as publicações científicas eletrônicas da instituição;
- contribuir para a preservação dos conteúdos digitais científicos ou acadêmicos produzidos pela instituição ou seus membros;
- contribuir para o aumento do prestígio da instituição e do pesquisador;
- oferecer insumo para a avaliação e monitoramento da produção científica;
- reunir, armazenar, organizar, recuperar e disseminar a produção científica da instituição.”

Cada vez mais as instituições responsáveis pela geração e difusão de novas descobertas, procuram democratizar o acesso à informação científica e tecnológica através da implementação de novos RIs. Porém, paradoxalmente, tais iniciativas enfrentam como grande desafio a garantia de participação da

comunidade. Estudos como de Björk et. al. (2009), Hajjem et. al. (2005), Harnard (2006), Furnival e Hubard (2011), indicam que somente cerca de 15% dos 2,5 milhões de artigos publicados anualmente no mundo é autoarquivado em RIs. Segundo Harnard (2006), Furnival e Hubard (2011), os principais motivos que podem explicar esta situação são: vida atribulada dos pesquisadores – mencionada por Harnard como “paralisia do Zeno” –; a apatia em relação ao autoarquivamento em RIs e, por fim, a falta de conhecimento sobre o Open Access e seus benefícios para a comunidade científica. Pode-se acrescentar também os motivos apresentados por Muller (2006), que apresenta a desconfiança da comunidade científica sobre a qualidade dos artigos e do próprio movimento Open Access (OA). Para a autora há uma tendência, principalmente dos pesquisadores mais antigos, de defenderem o modelo clássico e tradicional da comunicação científica. De acordo com o estudo desenvolvido por Nicholas et. al. (2012), os pesquisadores mais jovens as vezes sentem-se inseguros em tornar visível resultados de pesquisas que ainda não passaram pelo crivo da revisão dos pares. Mas no caso dos artigos publicados, demonstraram-se menos resistentes ao autoarquivamento. Ressaltando que a comunidade estudada pelos autores era formada majoritariamente por físicos já acostumados com iniciativas OA como o *arXiv*.

De acordo com Furnival e Hubard (2011), um motivo muito frequente apresentados pelos pesquisadores para explicar a resistência ao autoarquivamento está relacionado a possibilidade de infração à política editorial de copyright da editora ao qual o artigo foi publicado. Mas apresentando uma alternativa a esse obstáculo, as autoras apresentam a consulta ao site SHERPA/RoMEO para verificar a possibilidade de autoarquivamento em um RI, e acrescentam que, segundo Harnard (2006), cerca de 90% dos periódicos científicos endossam algum tipo de submissão em Open Access.

Além dos motivos supracitados para não fazerem o autoarquivo, as autoras também dizem que alguns pesquisadores alegam as seguintes dúvidas, apesar das explicações e outros mecanismos de esclarecimento:

[...]“passa por cima” do processo de revisão por pares e, assim, abriria a porta à publicação de baixa qualidade; ii) [...] acabará com a publicação de revistas

científicas; iii) a submissão em um RI demandará tempo; iv) facilitará o plágio; e v) os autores serão obrigados a ceder os direitos de propriedade intelectual a sua universidade (FURNIVAL; HUBARD, 2011, p. 166).

Diante do cenário exposto, os defensores do Open Access e do autoarquivamento, identificaram que, para melhorar a situação e ter maior participação dos pesquisadores, seria necessário fazer uma promoção, mobilizar e incentivar a comunidade acadêmica a adotar a causa. De acordo com Furnival e Hubard (2011):

Aprecia-se hoje que a aceitação das opções de disseminação em AA para os resultados da pesquisa e o uso dos repositórios requerem, sobretudo, uma mudança no comportamento de pesquisadores da comunidade científica junto com a existência de procedimentos institucionais normativos, como mandatos para o autoarquivamento em RIs, além de outros que favoreçam condições para uma aceitação de AA de modo mais “voluntário”. FURNIVAL; HUBARD, 2011, p. 161).

Sendo assim, os defensores do Open Access identificaram que um dos maiores desafios era ter adesão ao movimento, suas práticas e a quebra da resistência por parte dos pesquisadores como apresentado. Neste sentido foi observado que precisaria ser empregado o que é conhecido como *advocacy*. Segundo orientações verbais da Profa. Dra. Maria Cristina Soares Guimarães, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o *advocacy* é a forma com que “a sociedade civil ou um grupo definido de pessoas interessadas” age em defesa de uma ideia ou uma transformação de dado contexto, sendo o termo originário da área de saúde e muito vinculado a grupos que lutam por direitos sociais e acesso a medicamentos.

Segundo o site OASIS (2012), *advocacy* é o “processo deliberado de falar sobre questões de interesse para influenciar comportamentos e ideias”. Ainda segundo o site:

“Para os bibliotecários, isso envolve iniciar discussões no campus [na Universidade] sobre os problemas existentes com a comunicação acadêmica e

demonstrar que o acesso aberto é uma solução viável. Bibliotecários podem aconselhar os pesquisadores sobre como divulgarem suas pesquisas através de um repositório ou uma revista de acesso aberto” OASIS (2012).

Pode-se afirmar que os primeiros integrantes da rede de *advocacy* em prol do acesso aberto foram os signatários dos BBB e os expoentes do Open Access, como Ginsparg, Harnard, Peter Suber, among others.

De acordo com Furnival e Hubard (2011, p.171-2), as duas principais abordagens de *advocacy* são a jusantes (*downstream*) e a montante (*upstream*). A primeira busca “chamar a atenção, explicar, esclarecer dúvidas sobre novas práticas de disseminação a serem adotadas por pesquisadores”, focando os indivíduos “em nível cognitivo, vendo-os [...] como aqueles que [operam] num contexto [onde] podem individualmente tomar decisões, [...] livres de fatores influentes do contexto”.

A abordagem montante leva em consideração a influência do ambiente institucional sobre o indivíduo e se caracterizam por intervenções que buscam contextos e estruturas sociais que promovam e sustentem o comportamento desejado. Esse segundo tipo de abordagem pode consistir em incentivos financeiros, legislação ou mudanças no ambiente institucional (VERPLANKEN; WOOD, 2006 ; FURNIVAL; HUBARD, 2011).

As abordagens não são excludentes e a escolha depende do contexto onde serão aplicadas. Pensando em termos de Open Access e mudança de hábitos e culturas arraigadas, deve-se ter uma preocupação com o esclarecimento, a informação e a motivação dos indivíduos, mas não se pode esquecer que:

“o trabalho de *advocacy* do tipo político, networking e lobbying – com os protagonistas significativos e chaves como administradores, pró-reitores, representantes das agências de fomento à pesquisa, políticos – que visa atingir mudanças estruturais de mais longo prazo e mais aprofundadas, institucional e interinstitucionalmente, é cada vez mais entendido como a forma de avançar no domínio de

publicação em Acesso Aberto e dos RIs.” (FURNIVAL; HUBARD, 2011, p. 172).

Ainda como muito bem colocam as autoras “o *status quo* institucional pode constituir uma barreira substancial à mudança no sentido que facilita e até incentiva a continuação de hábitos consagrados” (FURNIVAL; HUBARD, 2011, p. 172). Ou seja, é fundamental que um processo de *advocacy* que busca receber apoio político em prol do Open Access, tenha especial atenção na alta administração do ambiente em que está inserido, assim como nos pesquisadores e demais atores integrantes do sistema de comunicação científica.

Conforme apresentado no site do OASIS (2012), o processo político de *advocacy*, no âmbito do Open Access e RIs, pode ser considerado novo e os profissionais da informação ainda estão desenvolvendo e analisando as práticas mais eficazes para promover, defender e sensibilizar, junto a comunidade acadêmica, o movimento e o autoarquivamento. Porém, em relatório técnico preparado por Swan e Brown (2008), para Joint Information Systems Committee (JISC), do Reino Unido, os autores constataram que as principais práticas de *advocacy* envolviam interações *face-to-face*, em vez de materiais escritos como boletins informativos e sites. Conforme apresentado anteriormente, os autores também recomendam uma estratégia de *advocacy* multifacetada (justante e montante) com conversas *face-to-face*, redes sociais, postes na biblioteca e em torno da Universidade, newsletters enviadas por e-mail para os pesquisadores, cartões postais anunciando marcos especiais, como o aniversário do repositório, ou o depósito 5000 no RI, eventos com a participação de renomados pesquisadores e adeptos do Open Access, entre outros.

6. Metodologia

Para consecução dos objetivos desta proposta de projeto um aspecto norteador, observado a partir da revisão de literatura e da troca de experiências com instituições nacionais e internacionais, é que a estratégia do *advocacy* precisa ser praticada e desenvolvida de forma compartilhada onde exista uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da informação, pesquisadores e gestores acadêmicos. Apenas desta maneira poderá ser vislumbrado o sucesso do conjunto de ações de defesa e promoção. Um excelente exemplo disso é a iniciativa de Ginsparg, que apresentou a possibilidade tecnológica e trocou informações com os profissionais da informação do Laboratório Nacional de Los Alamos, gerando o arXiv, amplamente utilizado até hoje. Devemos acrescentar também que as resistências, as desconfianças e o desconhecimento sobre os benefícios do Open Access e autoarquivamento partem de alguns pesquisadores. Logo, eles devem ser um dos alvos das ações de informação, conscientização, convencimento e sensibilização para fortalecimento ao Open Access, sendo *conditio sine qua non* envolvê-los no projeto.

Como apresentado no referencial teórico, as ações sugeridas a seguir, procuram abordar as estratégias de *advocacy* montante e justante. Para facilitar o monitoramento, o projeto será desenvolvido em etapas interdependentes, podendo ser realizadas concomitantemente.

Etapa 1 – Identificação de integrantes da Comunidade USP que já sejam adeptos e atuam em prol do Open Access e do autoarquivamento

Esta etapa inicial visa identificar/selecionar pesquisadores, grupos de pesquisa, discentes e funcionários técnico-administrativos que já estão sensibilizados e atuantes na causa do Open Access, como maneira viável a uma comunicação científica sem barreiras. Esta etapa objetiva a criação de uma rede de pessoas que auxiliem a desenvolver ações que buscam influenciar autoridades em reuniões de órgãos colegiados, fóruns, debates entre outros. Tanto no ambiente interno quanto no externo. Deverão ser localizados quais os integrantes da comunidade USP desenvolvem projetos de pesquisa e publicam sobre Open Access, ou seja, os já sensibilizados a causa e que também possam falar e apoiar o projeto.

Para identificar tais atores sugere-se proceder:

- a buscas na BDPI,
- pesquisas no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e Plataforma Lattes;
- pesquisas nos Anais de eventos - nacionais e internacionais - sobre Open Access;
- pesquisas em blogs e redes sociais, principalmente ao STOA que é uma rede social desenvolvida e voltada para a comunidade USP;
- Pesquisas em bases de dados comerciais e a na Base de periódicos da CAPES.

Etapa 2 – Identificação dos stakeholders

Esta etapa visa identificar quais são as principais lideranças e parcerias que precisarão ser traçadas para que o ambiente institucional se torne um campo fértil para as ações de promoção desta mudança. Identificação das peças chaves que deverão ser convencidas da importância do autoarquivamento e Open Access, pois são ligados a órgãos chave de tomadas de decisões. Após a identificação, e junto com os já adeptos ao movimento identificado na etapa anterior, serão iniciadas oficinas com esses *stakeholders*. Tais oficinas realizadas em todos os *campi* da USP, preferencialmente nas reuniões de órgãos colegiados locais, onde serão feitas apresentações e projeções, demonstrando, detalhadamente, todas as vantagens e benefícios do OA para tentar sensibilizar os *stakeholders* que ainda estiverem contrários.

Etapa 3 – Ampla e constante divulgação sobre Open Access

Esta etapa deverá ser desenvolvida com eventos e workshops onde serão apresentados os exemplos de sucesso em universidades e institutos de pesquisa que são adeptos do movimento Open Access. Desmistificar o conceito e as propostas do Open Access, as vantagens que apresentam sobre o sistema tradicional de comunicação científica. Buscando sensibilizar e tornar adeptos os integrantes da comunidade que ainda não conhecem o assunto.

Deverão ser usados também os sites institucionais, as mídias sociais e material impresso para tentar fixar a ideia. Um material que deverá apoiar muito essa etapa é o Guia de equívocos e mal-entendidos mais comuns sobre Open Access de Peter Suber (2009).

Etapa 4 – Ampla divulgação da Biblioteca Digital da Produção Intelectual (BDPI)

Atividade de informar sobre as vantagens da BDPI, como mecanismo para preservação da memória institucional, fornecedora de dados gerenciais para tomadas de decisão, vantagens que as implementações adotadas possibilitam como, por exemplo, exportação de dados de produção científica para Bases de Dados e outras Plataformas. Reforçar que a BDPI é um local para o pesquisador gerenciar, organizar, disseminar e ampliar a visibilidade de sua produção de forma segura e mais dinâmica que o processo clássico de comunicação científica, onde normalmente existe um grande período entre a submissão de seus artigos, a avaliação pelos pares e a publicação. Mostrar à comunidade que o aumento da visibilidade normalmente acarreta em maior impacto nas citações aos trabalhos disponibilizados em alguma via Open Access.

Nesta etapa é importante demonstrar à comunidade USP que a BDPI pode apresentar, em âmbito mundial, quais e quantas são as produções de cada pesquisador, unidade e órgão da USP. Portanto, é extremamente importante que eles utilizem essa ferramenta para ampliar a visibilidade dos resultados de suas pesquisas para aumentarem seu reconhecimento entre os pares. Segundo Nicholas et. al. (2012), a comunidade científica aponta que os maiores mérito do RI é tornar acessível os resultados de suas pesquisas e fazê-lo de forma mais ágil que o processo tradicional, principalmente entre os pesquisadores mais novos.

Nesta divulgação pode-se informar à comunidade que os artigos de periódicos, *preprints* e *posprints*, com data até dezembro de 2013, serão povoados na BDPI por processos automáticos e respeitando as limitações legais. Ou seja, apresentar que não terão mais um grande e moroso trabalho, pois isso poderia desmotivar os pesquisadores com muitos anos de pesquisa.

As ações desta etapa utilizarão diferentes meios de divulgação como a própria BDPI, sites institucionais, as mídias sociais e material impresso.

Etapa 5 – Promover treinamentos abertos à comunidade para uso da BDPI e autoarquivamento

Atividades de treinamento junto à comunidade procurando apresentar as funcionalidades da BDPI e visando criar uma cultura de autoarquivamento, justificando que isso permite a preservação digital e a memória institucional. Além disso, demonstrar que é uma ferramenta adequada para o pesquisador utilizar e atender as determinações da Política de Acesso Aberto da Universidade e, com isso, ter a possibilidade de aumentar os repasses de verbas à unidade a qual está vinculado.

Esses treinamentos demonstrando como e porquê fazer autoarquivamento de artigos de periódicos, *preprint* e *posprint* na BDPI, serão oferecidos a todas unidades, departamentos, institutos, centros de pesquisa e órgãos administrativos da USP. Poderão ser ministrados cursos em ambiente virtual de aprendizagem, com o uso do software MOODLE (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*), além do e-Aulas da USP e outros.

Etapa 6 – Evento anual na Semana Internacional do Open Access

Articular com instituições nacionais e internacionais grandes eventos na Semana Internacional do Open Access. Além de informativa a Semana deve se utilizar de recursos web para aproximar adeptos do Open Access ao redor do mundo e, com isso, possivelmente, angariar novos integrantes ao movimento. Mais uma vez, os expoentes do assunto serão consultados para apresentarem novas pesquisas na área junto com os integrantes da comunidade USP que também defendem o movimento, além de autoridades e políticos.

7. Resultados esperados

Reportando-se aos objetivos deste projeto, os principais resultados esperados são:

- apresentar a toda comunidade USP os preceitos do Movimento Open Access e as vantagens e possibilidades que ele proporciona em prol do aperfeiçoamento do sistema de comunicação científica, expansão do acesso, da visibilidade e do impacto dos resultados das pesquisas desenvolvidos na Instituição;
- aumento no número de artigos de periódico, *preprint* e *posprint* autoarquivados pela comunidade USP na BDPI.
- desmistificar as resistências e desconfianças, de parte da comunidade USP, sobre o Open Access;
- convencer os membros da comunidade a tornarem-se multiplicadores do Open Access no ambiente interno e externo.

Sabe-se que um processo de mudança de cultura é algo complexo, moroso e desgastante, mas é possível ter certeza que os resultados obtidos com tal mudança são imprescindíveis para a manutenção da excelência Institucional e cumprimento do dever público da USP de promover o progresso científico e tecnológico através da disseminação dos resultados de suas pesquisas.

8. Cronograma, equipe envolvida e origem dos recursos.

Etapas	Envolvidos e origem dos recursos	Meses											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<i>Etapa 1 –</i> Identificação de integrantes da Comunidade USP adeptos e atuantes em prol do Open Access e autoarquivamento	Equipe do Departamento Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (DT/SIBi)– 2 funcionários. Recursos DT/SIBi												
<i>Etapa 2 –</i> Identificação dos stakeholders	Equipe DT/SIBi – 2 funcionários. Recursos DT/SIBi.												
<i>Etapa 3 –</i> Ampla e constante divulgação sobre Open Access	Equipe DT/SIBi – 4 funcionários. Contratação de empresas de propaganda. Recursos DT/SIBi.												
<i>Etapa 4 –</i> Ampla divulgação da BDPI	Equipe DT/SIBi – 4 funcionários. Contratação de empresas de propaganda. Recursos DT/SIBi.												
<i>Etapa 5 –</i> Promover treinamentos abertos à comunidade para uso da BDPI e autoarquivamento	Equipe DT/SIBi – 4 funcionários. Recursos DT/SIBi.												
<i>Etapa 6 –</i> Evento anual na Semana Internacional do Open Access	Equipe DT/SIBi – 8 funcionários. Recursos DT/SIBi e Parcerias com Instituições Brasileiras e estrangeiras.												

Referências

ALVES, V. B. A. Open archives: via verde ou via dourada? **PontodeAcesso**, Salvador, v.2, n.2, p. 127-137, ago. /set. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780/2172>> Acesso em: 22 de Maio de 2013.

AMAN, V. The potential of preprints to accelerate scholarly communication: a bibliometric analysis based on selected journals. 2013. 97p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Humboldt-Universität zu Berlin, School of Library and Information Science, Berlin, 2013. Disponível em: <<http://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1306/1306.4856.pdf>> Acesso em: ago. 2013.

BERLIN DECLARATION ON OPEN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCES AND HUMANITIES. Disponível em: <http://www.zim.mpg.de/openaccess-berlin/berlin_declaration.pdf> Acesso em: 28 de agosto de 2012.

BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING. 2003. Disponível em: <<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>> Acesso em 23 de junho de 2012.

BJÖRK, B. et al. Open Access to the scientific journal literature: situation 2009. **PLoS ONE**, v. 5, n. 6, e11273, june 2010. Disponível em: <<http://www.plosone.org/article/info:doi/10.1371/journal.pone.0011273>>. Acesso em: 25 maio 2012.

BJÖRK, B.; SOLOMON, D. Open Access versus subscription journals: a comparison of scientific impact. **BMC Medicine**, v. 10, n. 73, 2012. Disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/1741-7015/10/73>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. 2002. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>> Acesso em: 12 abril 2013.

CAMPOS, E. de S. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: EdUSP, 1954. 584 p. ISBN 85-314-0815-6.

CROW, R. **The case for institutional repositories**: a SPARC position paper. 2002a. 37p. Disponível em: http://scholarship.utm.edu/20/1/SPARC_102.pdf. Acesso em: 25 abril 2012.

CROW, R. **SPARC: Institutional Repository Checklist & Resource Guide**, 2002b. 51 p. Disponível

em:<http://sparc.arl.org/sites/default/files/IR_Guide_%26_Checklist_v1.pdf>.

Acesso em: 15 nov. 2010.

FURNIVAL, A. C.; HUBBARD, B. Acesso Aberto às Publicações Científicas: vantagens, políticas e advocacy. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 160-177, jul./dez. 2011. Disponível em:

<www.revistas.usp.br/incid/article/view/42358/46029> Acesso em: maio 2013.

GINSPARG, P. It was twenty years ago today... 2011. Disponível em:

<<http://arxiv.org/pdf/1108.2700v2.pdf>> Acesso em 28 de fev. de 2013.

GUÉDON, Jean-Claude. **In Oldenburg's long shadow: librarians, research scientists, publishers, and the control of scientific publishing.** Association of Research Libraries: [s.n.], 2001. Disponível em:

<<http://www.arl.org/storage/documents/publications/in-oldenburgs-long-shadow.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

HAIJEM, C. et. al. Open Access to research increases citation impact. Technical Report. Institut des sciences cognitives Université du Québec à Montréal (submitted), 2005. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/11687>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

HARNAD, S. *et al.* The access/impact problem and the green and gold roads to Open Access. 2004. Disponível em:

<<http://users.ecs.soton.ac.uk/harnad/Temp/impact.html>>, Acesso em: 18 de Outubro de 2012.

HARNARD, S. Publish or Perish – Self-Archive to Flourish: The Green Route to Open Access. ERCIM News, n. 64, 2006. p. 12-13 Disponível em:

<<http://eprints.soton.ac.uk/261715/1/harnad-ercim.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

HARNAD, S. Acesso livre: que? Por quê? Quando? Onde? Como?: medidas e mandatos. In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 59. IBICT, Belém, 2007. Disponível em:

<http://eprints.soton.ac.uk/265688/2/brazilb.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2010.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. Rio de Janeiro, 2005.

KURAMOTO, H. Blog do Kuramoto. Disponível em:
<http://kuramoto.wordpress.com/> 2009. Acesso em: 08 ago. 2011.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. 120 p., il. Disponível em: < <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/775>>

LEVY, Dawn. **Physicists thrive with paperless publishing**. 2000. Disponível em <<http://www.stanford.edu/dept/news/pr/00/000223paperlesspub.html>> Acesso em 12 de Março de 2011.

MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Briquet de Lemos: Brasília, 1999.

MUELLER, S. P. M. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **DataGramZero**, n. 0, dez. 1999. Disponível em:
<http://www.dgz.org.br/dez99/F_I_art.htm>. Acesso em: 25 abr. 2012.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

NICHOLAS, D.; ROWLANDS, I.; WATKINSON, A.; BROWN, D.; JAMALI, H. R. Digital repositories ten years on: what do scientific researchers think of them and how do they use them? *Learned Publishing*, v. 25, n. 3, July 2012, p. 195-206. Disponível em: <http://ciber-research.eu/download/20120620-Digital_repositories_ten_years_on.pdf> Acesso em : 14 nov. 2013.

OPEN ACCESS SCHOLARLY INFORMATION SOURCEBOOK (OASIS). Library-run advocacy programmes on campus. Disponível em:
<http://www.openoasis.org/index.php?option=com_content&view=article&id=260&catid=79&Itemid=256> Acesso em: 15 abril 2013.

PINHEIRO, L. V. R.; KURAMOTO, H. Novos paradigmas da comunicação científica: ampliando o debate. **Liinc em Revista**, v.8, n.2, setembro, 2012, Rio de Janeiro, p. 307-310. Disponível em: <

<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/501/371>> Acesso em: 19 jun. 2013.

RODRIGUES, E. Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. Universidade do Minho, Braga (Portugal), 2004a. Disponível em:

<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/670/1/Cadernos%20BAD%202004.pdf>> Acesso em: 25 out. 2010.

ROWLANDS, I.; NICHOLAS, D.; HUNTINGDON, P. **Scholarly communication in the digital environment: what do authors want? : findings of an international survey of author opinion: project report.** 2004. 37p. Disponível em:

<<http://www.homepages.ucl.ac.uk/~uczciro/ciber-pa-report.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2013.

THE SANTA FE CONVENTION FOR THE OPEN ARCHIVES INITIATIVE. 2000. Disponível em: <http://www.openarchives.org/sfc/sfc_entry.htm> Acesso em: 25 abr. 2012.

SHERPA/RoMEO. Disponível em:

<<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=en&flDnum=%7C&mode=simple>> Acesso em: 27 mar. 2013.

STUMPF, I. R. C. A comunicação da ciência na universidade: o caso da UFRGS. In: MUELLER, S. P. M.; PASSOS, E. J. L. (org.). **Comunicação científica.** Brasília: Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2000. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 1). p. 107-121.

SUBER, P. A field guide to misunderstandings about Open Access. **SPARC Open Access Newsletter**, n. 132, april 2009. Disponível em: <<http://www.sparc.arl.org/resources/articles/field-guide>> Acesso em: 25 mar. 2013.

SUBER, P. **Open Access.** 2013. 255p. Disponível em:

<http://mitpress.mit.edu/sites/default/files/titles/content/9780262517638_Open_Access_PDF_Version.pdf> Acesso em: 20 de set. 2013.

SWAN, A. **The Open Access citation advantage.** Studies and results to date. Technical Report. School of Electronics & Computer Science, University of Southampton. 2010. Disponível em:

<http://eprints.soton.ac.uk/268516/2/Citation_advantage_paper.pdf> Acesso em: 20 nov. 2012.

SWAN, A.; BROWN, S. Authors and Open Access publishing. **Learned Publishing**, v. 17, p. 219-224, 2004. Disponível em:

<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/11003/1/Authors_and_open_access_publishing.pdf

>. Acesso em: 20 ago. 2011.

SWAN, A.; BROWN, S. Researcher awareness and access to Open Access content through libraries. 2008. 49p. Technical Report. Disponível em:

<<http://eprints.soton.ac.uk/267272/>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

SWAN, A.; CARR, L. Institutions, their repositories and the web. **Serials Review**, v.34, n.1, p.31-35, 2008. Disponível em:< <http://eprints.soton.ac.uk/264965/>>

Acesso em: 19 abril 2013.

VERPLANKEN, B.; WOOD, W. Interventions to Break and Create Consumer Habits. **Journal of Public Policy and Marketing**. v.25, n.1, p. 90-103, 2006.

Disponível em:

<<http://dornsife.usc.edu/assets/sites/208/docs/Verplanken.Wood.2006.pdf>>

Acesso em 28 jul. 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2017. São Paulo: USP, agosto de 2012. 45p. Disponível em:

<<http://www.usp.br/gvr/pdf/PDI-versao23.11.2011.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Resolução nº 6444, de 22 de outubro de 2012**. (D.O.E. - 23.10.2012) São Paulo, 22 de outubro de 2012a. Disponível em:

< <http://www.producao.usp.br/page/politicaAcessoPtBR>> Acesso em: 23 out.

2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **USP em números**. 2013. Disponível em:

< <http://www5.usp.br/usp-em-numeros/>> Acesso em: 19 out. 2013.